



PERAFITA, LAVRA E SANTA CRUZ DO BISPO  
Junta de Freguesia

## **REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS ASSOCIAÇÕES**

### **Preâmbulo**

O presente regulamento visa definir os contornos e os procedimentos no que respeita à atribuição de apoios técnicos e financeiros às associações/instituições sem fins lucrativos que exerçam a sua atividade na freguesia. Estes apoios revestem a forma de suporte ao desenvolvimento e prossecução dos fins das associações quando esses se coadunam com os objetivos e fins da comunidade local. O espírito deste documento é o de propiciar condições ao associativismo local e de estabelecer as relações institucionais entre a Junta de Freguesia e as associações/instituições sem fins lucrativos.

### **CAPÍTULO I**

#### **Index Associativo Local**

##### **Artigo 1.º Definição**

1. O Index Associativo Local, doravante designado por IAL, é uma base de dados que identifica todas as associações/instituições sem fins lucrativos que desenvolvem a sua atividade maioritariamente no território da freguesia, de forma regular e continuada na área social, cultural, ambiental, desportiva, recreativa ou de outra natureza que implique o desenvolvimento local;

2. Todas as associações/coletividades que pretendam receber apoio da Junta de Freguesia deverão obrigatoriamente registar-se no IAL, sem prejuízo de situações excecionais devidamente fundamentadas.

##### **Artigo 2.º Objetivos**

O IAL tem como objetivos:

1. Identificar as associações/coletividades com sede ou delegação na União das freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo e que desenvolvem atividades sem fins lucrativos na área social, cultural, ambiental, desportiva, recreativa ou de outra natureza que importe o desenvolvimento local da Junta de Freguesia - União;
2. Reconhecer as associações/coletividades sem fins lucrativos com condições de elegibilidade para candidatura aos programas de apoio às associações e coletividades, que a Junta de Freguesia promova no âmbito da prossecução dos seus fins e competências e nos termos do capítulo II do presente Regulamento;
3. Dotar a Junta de Freguesia de instrumentos e regras que permitam a definição de critérios para uma maior transparência nos apoios concedidos às coletividades locais.

##### **Artigo 3.º Associações de interesse local**

As associações/coletividades são consideradas de interesse local, desde que preencham cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Ter sede social ou delegação na freguesia – união;
- b) Exercer atividade de interesse público no território da União de Freguesia;
- c) Possuam estrutura legalmente organizada;

#### **Artigo 4.º** **Requisitos de inscrição**

Para efeitos de inscrição no IAL, as associações/coletividades terão de dar cumprimento, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- a) Possuir personalidade jurídica, entendida como entidade de direito privado, sem fins lucrativos, constituídas nos termos dos artigos 158.º e seguintes do Código Civil;
- b) Ter âmbito local ou ser considerada de interesse local, no âmbito do artigo 3.º.

#### **Artigo 5.º** **Inscrição**

O procedimento de inscrição no IAL rege-se pelos seguintes pontos:

1. As associações/coletividades podem apresentar o seu pedido de inscrição, anualmente na Junta de Freguesia - União, durante todo o ano;
2. O pedido de inscrição deve ser formalizado através dos seguintes documentos:
  - a) Ficha de inscrição em modelo próprio da Junta de Freguesia - União, a disponibilizar pelos serviços;
  - b) Cópia do cartão de identificação de pessoa coletiva (NIPC);
  - c) Cópia dos estatutos da associação e do regulamento interno (quando aplicável);
  - d) Cópia da publicação no Diário da República do estatuto de utilidade pública (quando aplicável);
  - e) Cópia do relatório e contas do ano transato, bem como cópias das atas de aprovação dos referidos documentos em Assembleia-Geral, quando aplicável;
  - f) Cópia do plano de atividades e orçamento para o ano em referência.

#### **Artigo 6.º** **Atualização do registo**

1. A inscrição no IAL deverá ser atualizada todos os anos, até 31 de março, por correspondência ou presencialmente;
2. Independentemente da atualização anual obrigatória, sempre que se verifiquem alterações dos elementos constantes no ponto 2 do artigo anterior, devem as mesmas ser comunicadas, por escrito, à Junta de Freguesia, no prazo de 30 dias;
3. O incumprimento do disposto nos números anteriores determina a imediata suspensão da inscrição no IAL, sendo levantada a suspensão mediante apresentação dos documentos em falta.

#### **Artigo 7.º** **Suspensão do registo**

1. As associações podem, por iniciativa própria, suspender a sua inscrição no IAL mediante o envio de informação escrita devidamente assinada pelo representante legal da instituição;
2. A perda dos requisitos necessários à inscrição no IAL determina a suspensão automática da respetiva inscrição;
3. A suspensão da inscrição no IAL implica a perda dos direitos que lhe estão adjacentes:



## **CAPITULO II**

### **Programa de Apoio às Associações**

#### **Artigo 8.º Lei habilitante**

O presente regulamento é elaborado ao abrigo do disposto no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa e de acordo com as alíneas o) e v) do artigo 16.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

#### **Artigo 9.º Definição**

O Programa de Apoio às Associações, adiante designado PAA, é um programa que define os contornos e a coordenação dos meios técnicos e financeiros da Junta de Freguesia no que respeita o apoio ao desenvolvimento dos fins e atividades das associações e instituições sem fins lucrativos da freguesia.

#### **Artigo 10.º Programa de Apoio**

1. Todas as associações/coletividades inscritas no IAL que visem o apoio da Junta de Freguesia à sua atividade deverão apresentar a sua candidatura aos apoios previstos pelo PAA;
2. A Junta de Freguesia reserva-se no direito de atribuir apoios pontuais a entidades/associações que não estejam inscritas no IAL mas que desenvolvam atividade de manifesto interesse para a comunidade local e Junta de Freguesia;

#### **Artigo 11.º Apoio financeiro**

O PAA prevê a atribuição de apoios financeiros, revestindo a forma de prestação pecuniária anual, às associações locais. Este apoio não é acumulável com outras formas de apoio do PAA.

1. Os apoios e participações são dirigidos às instituições inscritas no Index Associativo Local, sem prejuízo do previsto no nº 2 - artº 10 deste regulamento;
2. Os apoios definidos no presente documento podem assumir a forma de participação financeira (atribuição de subsídio), apoio técnico (colaboração de técnicos da autarquia no desenvolvimento de projetos de atividades de interesse municipal) e logístico/espécie (cedência temporária ou definitiva, por parte da Junta de Freguesia de bens/ou equipamentos necessários à realização de atividades: palcos, entre outros);
3. Poderão ainda beneficiar das participações ou apoios previstos nas presentes normas, pessoas colectivas de direito privado, sem fins lucrativos, nomeadamente, associações e federações desportivas com estatuto de utilidade pública ou com secções sedeadas no território da União de Freguesias e que prossigam objetivos ou ações de relevante interesse público local;

#### **Artigo 12.º Candidaturas a Apoio Regular**

As candidaturas a apoio financeiro regem-se pelos seguintes pontos:

- 1) Entende-se por "Apoio à atividade regular", o apoio destinado a participar a atividade genérica da instituição, com base no plano de atividades, devidamente aprovado e fundamentado devendo a ficha de candidatura discriminar:

- a) Identificação completa da entidade requerente;
  - b) Identificação completa do responsável da instituição enquanto interlocutor com a edilidade;
  - c) Ações a desenvolver detalhadamente;
  - d) Objetivos a atingir;
  - e) Número de participantes/ público previsto;
  - f) Meios humanos, materiais e financeiros envolvidos detalhadamente;
  - g) Calendarização;
  - h) Orçamento discriminado;
  - i) Comparticipação solicitada à Junta de Freguesia, identificando a que se destina;
  - j) Identificação de outros apoios solicitados e sua situação.
- 2) Excetuam-se candidaturas no ano corrente de 2018 que podem ser efetuadas fora do período definido pelo ponto anterior.
- 3) A Junta de Freguesia reserva-se no direito de decidir quais as despesas elegíveis para apoio.

### **Artigo 13.º**

#### **Requisitos para apresentação de candidaturas**

Para candidatura ao apoio financeiro do PAA, as associações/instituições sem fins lucrativos devem cumprir, cumulativamente, os seguintes requisitos:

1. Estar inscritas no IAL (Index Associativo Local) salvo exceções previstas no regulamento;
2. Fazer prova de não-divida à Segurança Social e Finanças;
3. Apresentar relatório e contas do ano anterior ao ano de candidatura, devidamente aprovadas em Assembleia Geral, quando aplicável;
4. Apresentar plano de atividades e orçamento para o ano da candidatura, aprovados em reunião de direção;
5. Não estar em situação litigiosa ou de incumprimento para com a Junta de Freguesia ou Câmara Municipal;
6. Registo Criminal dos dirigentes associativos;

### **Artigo 14.º**

#### **Apoio logístico**

A Junta de Freguesia pode disponibilizar apoio logístico às associações que o requeiram, desde que o façam com uma antecedência mínima de duas semanas antes da data da atividade. Este apoio está sujeito à disponibilidade de serviço da Junta de Freguesia;

### **Artigo 15.º**

#### **Cedência de palco**

A Junta de Freguesia dispõe de uma estrutura palco que poderá ser requisitada nas seguintes condições:

1. Para atividades das associações sem fins lucrativos no território da União de Freguesias;
2. A requisição deve ser efetuada durante o mês de janeiro para o primeiro semestre do ano; e durante o mês de junho para o segundo semestre;
3. É calculado um valor referência do custo para montagem/desmontagem da estrutura (rácio número de trabalhadores/hora) que será considerado aquando da atribuição de apoios financeiros por parte da autarquia às associações que requisitarem o palco;
4. Do ponto anterior excetuam-se as cedências do palco para atividades co-organizadas pela Junta de Freguesia;
5. O Executivo reserva-se no direito de deliberar sobre a cedência de palco a entidades e/ou particulares quando as atividades se revistam de especial interesse para a comunidade.



### **Artigo 16.º**

#### **Apoio a transportes**

A Junta de Freguesia reserva-se no direito de avaliar, caso a caso, os apoios a transportes, em autocarros contratados a empresas externas.

### **Artigo 17.º**

#### **Verificação, Apreciação e Decisão**

1. A verificação e apreciação das candidaturas apresentadas fica à responsabilidade do Executivo, que deverá verificar o cumprimento das disposições do presente regulamento;
2. A decisão de aprovação sobre as candidaturas apresentadas é tomada em sede de reunião do órgão executivo;
3. A decisão de aprovação das candidaturas deve ponderar as atividades já realizadas pela entidade, as que pretende ainda realizar e a importância das atividades segundo os princípios definidos por este regulamento.

### **Artigo 18.º**

#### **Notificação dos resultados**

Após a devida aprovação, os proponentes das candidaturas serão devidamente notificados sobre os resultados da sua candidatura, no prazo máximo de 10 dias úteis da sua aprovação. Os candidatos podem pronunciar-se sobre os resultados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

### **Artigo 19.º**

#### **Contratualização de apoios**

Após notificados os proponentes, ambas as partes têm de assinar protocolo ou contrato de compromisso de execução das suas responsabilidades. O mesmo terá de ser celebrado entre os trinta dias após a data de notificação.

### **Artigo 20.º**

#### **Obrigações**

Freguesia, a associação, em articulação com a autarquia, compromete-se:

1. A publicitar o apoio da Junta de Freguesia em todos os meios de divulgação associados à iniciativa (brochuras, folhetos, cartazes): "Apoio União de Freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo", acompanhado pelo logótipo da edilidade;
2. A inscrever nos equipamentos móveis e imóveis o apoio "União de Freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo", mais logótipo da edilidade;
3. Os apoios a prestar anualmente ficarão dependentes da verificação da publicitação dos apoios anteriores.

### **Artigo 21.º**

#### **Prova de Aquisição ou Realização**

1. Após a conclusão da(s) ação(s) e atividades, eventos pontuais ou investimentos, a instituição compromete-se a apresentar um relatório discriminado da sua execução no prazo de 90 dias (após a transferência da verba) que deverá incluir, igualmente, documentos comprovativos de todas as despesas efetuadas ou aquisições,
2. Nos relatórios de atividades e orçamento a apresentar deverão as instituições discriminar os montantes aprovados e atribuídos pela autarquia e o respetivo objetivo;
3. As associações que dolosamente, prestem falsas declarações com o intuito de receberem montantes indevidos de subsídio:
  - a) Devolverão as importâncias recebidas;
  - b) Ficarão impedidas entre 1 a 3 anos de receberem quaisquer importâncias, direta ou indiretamente, de valores, bens ou serviços por parte da Junta de Freguesia;
  - c) Serão participados criminalmente junto do ministério público para apurar a responsabilidade criminal dos dirigentes da associação em causa;
  - d) Caso se comprove o crime, a associação ficará privada de candidatar-se a novos apoios enquanto os dirigentes dos órgãos

---

Em todos os apoios prestados pela Junta de

da associação implicados se mantiverem em exercício de funções.

### **Artigo 22.º**

#### **Solidariedade institucional**

O princípio da solidariedade institucional implica, diretamente, duas formas de relações entre as partes:

1. A participação dos membros da Junta de Freguesia nas atividades promovidas pelas associações, sempre que possível e quando convidados para o efeito;
2. A participação dos membros das associações nas atividades promovidas pela Junta de Freguesia, sempre que possível e quando convidados para o efeito;

### **Artigo 23.º**

#### **Disposições finais**

1. Todos os casos omissos do presente regulamento serão resolvidos pela Junta de Freguesia;
2. Após a sua aprovação o regulamento entra em vigor e tornado público; deve ser enviado um exemplar do documento para conhecimento das associações e instituições locais;